



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - ADEMA

CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO

No: 50/2014

EMPRESA/EMPREENDEDOR: JULIO CESAR DO VALLE PASSOS

C.N.P.J / CPF: 11695137515

ATIVIDADE: ESCRITÓRIO IMOBILIÁRIO

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR: RUA ALVARO DE BRITO, Nº 160, 13 DE JULHO, ARACAJU, SE

- Este Certificado dispensa Júlio César do Valle Passos da obtenção da Licença Ambiental para a atividade de escritório imobiliário, localizado à Rua Álvaro Brito, nº160, bairro 13 de Julho, município de Aracaju.
- Júlio César do Valle Passos responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente em decorrência do uso inadequado deste Certificado.
- A Adema poderá a qualquer momento cancelar este Certificado, caso verifique desacordo entre as informações e as características reais do empreendimento/atividade, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis.
- Este Certificado não exclui nem substitui outras Licenças/Autorizações exigidas pelas Legislações Federal, Estadual e Municipal, com jurisdição na área.

A aceitação desta licença está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.adema.se.gov.br>>

Licença emitida com base na Lei Estadual Nº 5.057, de 07 de Novembro de 2003, Artigo 4º, Inciso VIII.

Emitida às 10:13:57 do dia 31/03/2014 <hora e data de Brasília>.

Conforme Processo ADEMA 2014-001913/TEC/CDL-0039 e Parecer Técnico PT-11243/2014-1207

Não possui data de validade

Código de controle da licença: d1835b8cf940628865007bf7c33d8f29

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Decreto Nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

II - deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.